

AFROS & AMAZÔNICOS



A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DE HISTÓRIA E A LEI Nº 11.645/2008: MUDANÇAS DE PERSPECTIVAS NO TRATO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA (2008-2018)

The Training of History Teachers and Law No. 11.645/2008: Shifting Perspectives on Indigenous Themes in History Teaching (2008-2018)

Marcus Vinicius Valente Bararua*

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender as transformações ocorridas na formação inicial de professores e professoras de História em relação à temática indígena após a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas brasileiras. O estudo concentra-se na análise da mudança de perspectiva sobre o agente histórico indígena nos documentos oficiais dos cursos de História da Universidade Federal do Pará (UFPA), nos campi de Belém, Bragança e Tocantins/Cametá, por meio das disciplinas, do planejamento curricular, dos projetos de pesquisa e de extensão. Além disso, o artigo analisa os relatos de experiência dos docentes formadores de professores e professoras de História da Educação Básica, destacando as ações pedagógicas e acadêmicas realizadas após a implementação da legislação, com foco na prática em sala de aula. A pesquisa revela que, apesar dos avanços proporcionados pela Lei nº 11.645/2008, como a criação da disciplina “História Indígena e do Indigenismo” e a realização de concursos públicos para docentes especializados, ainda persistem desafios significativos. Entre eles, destacam-se a manutenção de uma estrutura curricular eurocêntrica, a falta de formação continuada sobre a temática indígena nas redes de ensino e a necessidade de maior protagonismo indígena na construção dos currículos e materiais didáticos. Conclui-se que a desconstrução da lógica colonial no ensino de História exige uma abordagem intercultural e decolonial, que valorize as narrativas indígenas e promova uma educação mais inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Ensino de História; Relações Étnico-raciais; Decolonialidade; Interculturalidade; Lei nº 11.645/2008.

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa de dissertação desenvolvida com o objetivo de compreender as transformações ocorridas na formação inicial de professores e professoras de História em relação à temática indígena, após a promulgação da Lei nº 11.645/2008, até o ano de 2018. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a mudança de perspectiva sobre o agente histórico indígena nos

documentos oficiais dos cursos de História da Universidade Federal do Pará (UFPA), nos campi de Belém, Bragança e Tocantins/Cametá, por meio das disciplinas, do planejamento curricular, dos projetos de pesquisa e de extensão.

As fontes documentais foram divididas em duas categorias: documentos oficiais dos cursos de licenciatura em História da UFPA e documentos orais, estes últimos constituídos por relatos de experiência dos docentes da disciplina “História Indígena e do Indigenismo” e de professores que pesquisam as temáticas das relações étnico-raciais e interculturais. Os relatos dos docentes que atuam na formação do pensamento profissional de professores e professoras da Educação Básica em relação à temática indígena permitem analisar

* Professor Efetivo da Secretária de Estado da Educação do Estado do Amapá – SEED/AP. Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Universidade Federal do Pará, campus Ananindeua. Especialista em Relações Étnico-Raciais para o Ensino Fundamental pelo O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais – GERA/UFPA, campus Belém.



as ações pedagógicas e acadêmicas realizadas após a promulgação da legislação, especialmente no que diz respeito à prática em sala de aula.

As fontes documentais e orais foram analisadas sob a perspectiva da crítica decolonial, principalmente com base nos conceitos de Nelson Maldonado-Torres (2017) e Aníbal Quijano (2005). Destaca-se a importância da mobilização social dos indígenas para a criação de legislações que garantissem direitos constitucionais. Além disso, a partir do conceito de interculturalidade de Catherine Walsh (2012), buscou-se compreender as perspectivas históricas atuais sobre a temática indígena, tanto na historiografia quanto no ensino de História.

Os entrevistados foram selecionados com base em seu trabalho acadêmico e pedagógico desenvolvido na UFPA e em programas de extensão no Estado do Pará, voltados para a temática indígena. São docentes que, além de atuarem na disciplina específica de História Indígena e do Indigenismo, possuem engajamento político na luta pelos direitos indígenas, seja na pesquisa histórica, no ensino de História ou em ações sociais. No campus de Belém da UFPA, foram selecionados os docentes Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho, Prof. Dr. Márcio Couto Henrique e Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Os dois primeiros atuam como pesquisadores da temática indígena e na disciplina, enquanto o terceiro é pesquisador de temas interculturais e possui produções pedagógicas sobre os contatos culturais africanos e indígenas. No campus de Bragança da UFPA, foi selecionada a Prof. Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte, que atua na disciplina de graduação em Licenciatura em História, com foco na temática indígena, e é pesquisadora sobre o modo de vida e as perspectivas sociais e históricas do povo Tembé. No campus de Tocantins/Cametá, foi escolhida para participar da pesquisa a Prof. Dra. Rosemeire de Oliveira Souza, que possui um histórico de atuação na formação inicial de professores e professoras sobre as temáti-

cas das relações étnico-raciais e indígenas desde 2002. A docente atua em pesquisas de campo com diversos povos indígenas, atualmente com os Anambé.

A problemática debatida na dissertação e nas perguntas realizadas aos entrevistados e entrevistadas perpassa pelas transformações ocorridas no ensino de História, formulado e centralizado pelo Estado brasileiro no início do século XX e influenciado pelo pensamento historicista do século XIX. Essa História estava presente nas produções intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹ e, embora os agentes históricos indígenas e negros estivessem presentes na escrita da História do século XIX e início do século XX, eles não tinham participação como protagonistas nas conquistas da nação, nem posição de destaque na construção da História. Na primeira metade do século XX, consolidou-se um pensamento que buscava amenizar as relações entre os agentes históricos (africanos, indígenas e europeus), representando a escravidão e as desigualdades sociais e raciais do país de forma mascarada, inclusive sob a perspectiva de uma suposta democracia racial².

Portanto, o ensino de História no início do século XX apresentava uma visão “amenizada” das relações étnico-raciais na formação histórica do Brasil. Essa interpretação, defendida pelos intelectuais sócios do IHGB, negava alguns problemas

1. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838, com objetivo de refletir intelectualmente e cientificamente sobre a sociedade e o território brasileiro, nação que recém ganhava sua independência. No seu quadro de fundadores encontram-se cônego Januário de Cunha Barbosa e marechal Raimundo José da Cunha Matos, mas possuía como patrono o D. Pedro II. Simbolizando a importância da instituição para criação de arquivos, documentos e pesquisas que legitimam a nação brasileira.

2. Elza Nadai descreve no seu artigo “O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva” que o resultado do ensino centrado no colonizador europeu, sendo o mesmo o guia da civilização brasileira e ele se caracterizando como um bom colonizador nas relações “sem conflito” com os povos indígenas e negros, mostra as representações de um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência da democracia social (NADAI, 1993).



sociais da nação. No século XIX e início do século XX, esses intelectuais defendiam a ideia de unificação do Brasil, pois era necessário legitimar, na ciência, os territórios e o povo brasileiro. O processo de uniformização perpassava pelo sentimento de um país valorizado pela mistura racial, que teria levado à formação social tendente a um conagração entre povos diferentes.

A formação dos docentes de história e o ensino da história indígena

A importância de analisar o início da disciplina de História no Brasil perpassa pelo entendimento das rupturas e continuidades que se apresentam no processo histórico dessa matéria escolar. Por exemplo, observa-se como o conhecimento histórico escolar é entendido como essencial para o desenvolvimento da cidadania e do senso crítico dos alunos e alunas da Educação Básica. Como menciona Osvaldo Rodrigues Júnior (2010, p. 11), “o ensino de História tem um papel fundamental na construção das noções de tempo, apontando ainda para a necessidade de discussões sobre a relação entre a temporalidade cotidiana e a temporalidade histórica”.

Manoel Luiz Salgado Guimarães (2009) defendia que o ensino de História vai muito além de apenas contar uma história ou repassar fatos e datas para os alunos e alunas da Educação Básica. Para o historiador, o ensino de História tem a tarefa de produzir conhecimento histórico em sala de aula, construindo interpretações sobre o tempo histórico e a sociedade na qual a escola está inserida. Segundo ele, “partindo de uma interrogação acerca do que está implícito no ensino de história, procura-se pensá-lo como parte de um uso que se procura dar, entre tantos outros possíveis e historicamente articulados, à tarefa de escrever história” (GUIMARÃES, 2009, p. 37).

O ensino de História possui um processo histórico próprio, com avanços e continuidades nos métodos e objetivos dessa área do conhecimento, que nasceu com a finalidade de formar cidadãos. Sa-

ber as datas cívicas, os hinos nacionais e os mitos fundadores da nação são, até hoje, os primeiros ensinamentos para meninos e meninas nas primeiras etapas da Educação Básica brasileira. No entanto, mudanças nos métodos pedagógicos de aprendizagem do conhecimento histórico foram realizadas. As datas cívicas e os hinos nacionais ainda estão presentes no ensino de História atualmente, mas com outros significados. O saber sobre os porquês da construção dos símbolos nacionais e os contextos históricos tornaram-se mais importantes do que decorar letras e personagens importantes da história.

Assim como o ensino de História possui um processo histórico próprio, a profissão dos docentes formadores de professores e professoras de História no Estado do Pará possui histórias particulares de formação acadêmica que constroem a diversidade de perspectivas sobre a pesquisa e o ensino de História. Na temática indígena, essa diversidade é marcada por metodologias, períodos históricos de pesquisa, referências bibliográficas, instituições de graduação e pós-graduação que os docentes que trabalham com a temática indígena na UFPA possuem em seus currículos profissionais.

Identificar e analisar o currículo profissional dos docentes que ministram a disciplina “História Indígena e do Indigenismo” e que pesquisam as temáticas das relações étnico-raciais e da interculturalidade torna-se importante para entender as perspectivas de mudanças no trato com as questões indígenas nos campi pesquisados. Os percursos acadêmicos desses profissionais apontam para mudanças individuais que influenciam a graduação e a atuação desses docentes. Mudanças nos temas de pesquisa, criação de grupos de pesquisa, publicação de livros e coordenação de projetos de pesquisa são mecanismos de transformação propostos pelos docentes entrevistados sobre a temática indígena.

Os questionários, construídos individualmente para cada docente, são fontes



de análise conjunta com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das faculdades de História da UFPA. São documentos orais que demonstram a importância de registrar as experiências dos profissionais que trabalham com a formação inicial de professores e professoras no Brasil. No ensino de História, é possível perceber quais características uma temática, como a indígena, é desenvolvida dentro do curso de graduação. Saber quais assuntos se tornaram mais ou menos acentuados nas aulas sobre a temática indígena e identificar o “para quê ensinar história” nessa questão são aspectos fundamentais.

Luís Fernando Cerri (2011) escreve sobre os desafios que professores e professoras de História encontram na escola atualmente ao ensinar o conhecimento histórico. Passando pela identidade nacional, o ensino de História hoje aborda também assuntos individuais da sociedade. Proporcionar representatividade às diferentes individualidades da nossa sociedade, como mulheres, quilombolas, indígenas e movimentos sociais, são demandas atuais que também integram os objetivos da formação docente da disciplina que trabalha com o tempo histórico. Saber construir com o aluno o conhecimento histórico e identificar as transformações sociais no tempo é uma maneira de fugir do “presente contínuo”³, que alimenta a ignorância sobre política e sociedade, gerando consequências desastrosas, como a eleição de governos autoritários e elitistas que não respeitam o passado das lutas sociais contra a desigualdade do próprio país:

Retirar os jovens do presente contínuo é abrir as portas para a sensibilidade em relação ao passado e à compreensão da dinâmica do tempo. Trata-se da competência de experiência, como se viu anteriormente, que integra a competência narrativa. Conhecer as surpresas, as

3. A ideia de presente contínuo, perpassa em não identificar o passado por trás de algum conhecimento, discurso político, construção tecnológica. Não saber o significado de ações políticas, interesses escondidos em reportagens ou não entender conflitos internacionais é permanecer no presente contínuo.

mudanças imprevistas do desenrolar dos acontecimentos abrem as portas da inteligência à possibilidade histórica. Viver apenas o presente tende a reproduzir a condição atual – com todas as suas mazelas – pela ausência de sujeitos interessados em tentar fazer as coisas de outra forma. (CERRI, 2011, p.116).

Portanto, identificar os desafios enfrentados pelos docentes formadores de professores e professoras de História no Estado do Pará em relação à temática indígena é uma maneira de analisar as mudanças no ensino sobre essa questão. Com os relatos de experiência que serão apresentados, é possível traçar hipóteses e propostas pedagógicas de ensino.

Para iniciar a análise sobre os questionários, trataremos das primeiras experiências profissionais dos docentes entrevistados. O Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho⁴ apresenta em seu currículo como professor de História um início de carreira dedicado à pesquisa, principalmente na área da temática indígena. Essa temática está presente na pesquisa de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado. Na primeira, concentrou-se na viagem filosófica de Alexandre Ferreira, e no doutorado, pesquisou as políticas indigenistas da segunda metade do século XVIII. Destaca-se o trabalho do docente em levantar uma importante documentação do período colonial sobre a administração da Coroa Portuguesa em relação aos povos indígenas na Amazônia, permitindo novas possibilidades de pesquisa sobre a temática.

4. Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho, possui graduação em Bacharelado História pela Universidade Federal Fluminense (1994), graduação em Licenciatura História pela Universidade Federal Fluminense (1994), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2006). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, onde atua na Faculdade de História e no Programa de História Social da Amazônia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Colonial, história indígena e do indigenismo, história da ciência, história da educação e ensino de história. A entrevista com o docente foi realizada na data 25/04/2019 no Campus de Belém da Universidade Federal do Pará.



No entanto, tratando da experiência do docente no ensino de História, ele relata que, após a graduação, o ensino de História tornou-se uma preocupação profissional, participando de grupos de pesquisa na área. Para o professor, não há como pensar o ensino de História sem considerar tudo o que está envolvido nele, como livros didáticos, formação de professores e professoras, legislações educacionais, entre outros.

A experiência de crescer na região Sul e Sudeste do país, formar-se academicamente na mesma região e, posteriormente, atuar como docente do ensino superior na região Norte tornou mais clara a preocupação com o ensino de História no Brasil. O deslocamento espacial provocou uma nova visão sobre a produção historiográfica brasileira. O professor possui uma experiência profissional que inclui formação inicial e atuação em regiões diferentes do país, o que lhe permitiu construir uma percepção crítica em relação à historiografia brasileira, que seria desigual na análise entre as regiões. Essa particularidade de formação inicial do profissional influencia as perspectivas históricas sobre a região amazônica e o ensino de História na localidade.

Outro docente entrevistado foi o Prof. Dr. Márcio Couto Henrique⁵, que realizou a graduação no período de 1993 a 1997, com especialização em História da Amazônia, mestrado em Antropologia e douto-

5. Professor Associado I da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Possui graduação em História (1997), especialização em História Social da Amazônia (2001), mestrado em Antropologia (2003), doutorado em Ciências Sociais/Antropologia (2008) pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pós-Doutorado em História pela Universitat de Barcelona, Espanha. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ 2/CNPq; sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e integrante do grupo de pesquisa HINDIA – História Indígena e do Indigenismo na Amazônia, no qual atua como líder. Tem experiência nas áreas de História e Antropologia, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: história indígena e do indigenismo, história social da medicina, escrita de si e religiosidade popular. Entrevista realizada na data 26/08/2019 no Campus de Belém da Universidade Federal do Pará.

rado em Ciências Sociais. Possui experiência acadêmica na pesquisa antropológica, além de experiência profissional como agente do Estado brasileiro em comunidades indígenas. O professor foi funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atuando como indigenista. Além da experiência como pesquisador das populações indígenas como historiador, ele possui um conhecimento profundo sobre os problemas e desafios das populações indígenas no Brasil atual.

No início da carreira acadêmica e como professor de História, pesquisou sobre irmandades e religiosidade popular. O primeiro contato com as fontes históricas sobre história indígena ocorreu na pesquisa de documentos sobre as irmandades no período Imperial brasileiro e catequeses indígenas, tendo publicado artigos sobre religião e catequização indígena. O professor apresenta uma experiência inicial da profissão com um diferencial em relação aos demais docentes entrevistados: sua atuação como ex-funcionário público da FUNAI. Certamente, ele traz uma perspectiva particular sobre as políticas públicas e os conflitos entre o Estado brasileiro e as comunidades indígenas do país.

O Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco⁶ é outro docente entrevistado para esta aná-

6. Doutor em História Social (PUC-SP, 2009); Mestre em História Social (PUC-SP, 2004); Especialista em Métodos e Técnica em Elaboração de Projetos Sociais (PUC-MG, 2002) e Licenciado Pleno e Bacharel em História (UFPA, 1999). Realizou Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA) com Bolsa PNPd/CAPES (06/2015 a 05/2016) e no Programa de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA) com Bolsa PNPd/CAPES (08/18 a 07/2019). Discute teoricamente Estudos Culturais, Pensamento Pós-Colonial e Decolonial nas interfaces com os campos da História e da Antropologia. Tem experiência na área de História Social e Cultural da Amazônia e da Amazônia Marajoara, História e Cultura Africana e Afroindígena, Antropologia Histórica. Coordena o Grupo de Pesquisa Estudos Culturais na Amazônia (GECA/CNPq/UFPA), participa da Rede Brasileira de Pesquisadores Latino-americanistas e Caribbeanistas (Rede BLAC), filiado à Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Nacional de História Oral (ABHO). Professor Associado I da Universidade Federal do Pará (UFPA), lotado no Instituto de Ciências Humanas (IFCH), vinculado à Faculdade



lise sobre a formação de professores e professoras de História. Nasceu na cidade de Breves, no arquipélago do Marajó, mas migrou com a família para o município de Melgaço. Sua formação docente inclui o magistério e a Licenciatura Plena em História na cidade de Breves, pelo programa de interiorização da Universidade Federal do Pará. A trajetória de vida do professor Agenor Sarraf demonstra sua capacidade de identificar a diversidade intercultural presente nas comunidades ribeirinhas da Amazônia. Ele pesquisa sobre memória e cidade, com foco na construção de cidades ribeirinhas. Com mestrado pela PUC-SP, cursado entre 2002 e 2004, estudou populações de tradição oral, e em 2005 ingressou no doutorado com um projeto sobre a ordem religiosa agostiniana no período histórico de 1930 a 2006. Com a temática de confrontos e alianças entre grupos originários da região marajoara, procurou entender as sociedades marajoaras desde o período colonial, percebendo a diversidade étnica dos povos indígenas no Marajó.

Assim, observamos que a formação acadêmica e pessoal do professor está inserida no contexto da interculturalidade. A experiência de viver e pesquisar a região do Marajó amplia o campo de perspectiva na análise sobre a diversidade cultural que construiu os costumes de uma região amazônica. Continuando na identificação das particularidades de formação dos docentes pesquisados, entrevistamos também duas professoras que integram a pesquisa. A primeira, a Prof. Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte⁷, é a única docente da pesquisa que não possui formação inicial em História.

de História (FAHIS) e aos Programas de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) e Antropologia (PPGA). Entrevista realizada na data 04/06/2019 na Cidade de Belém do Pará.

7. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de História, Campus Universitário de Bragança. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM) e integrante do Grupo de Estudos sobre os Povos Indígenas (GEPI). Possui graduação em Psicologia (1991), pela Universidade Federal do Pará, e mestrado em Antropologia (2006), pela Universidade Federal do Pará, e doutorado em Sociologia (2014), pela Universidade Federal do Pará

A professora possui essa particularidade em seu currículo profissional, apresentando outras leituras bibliográficas sobre a questão indígena, além da historiografia tradicional. Essa vivência pode ser verificada nos temas de pesquisa da docente sobre a população indígena Tembé, com ênfase no cotidiano e em suas relações de corpo, territorialidade e espiritualidade. Pesquisou políticas públicas para as comunidades indígenas no doutorado e, por meio da antropologia, adentrou no mundo historiográfico e da etnologia. Começou a pesquisar as relações dos Tembé com os espaços indígenas e não indígenas, bem como suas manifestações culturais e de saberes relacionados à agricultura, educação e saúde. A pesquisadora procura, por meio da etno-história, analisar como os Tembé se percebem no mundo como agentes históricos e como elaboram suas relações com o mundo externo. A história, nesse caso, tem como ponto de partida a percepção dos Tembé, e não dos não indígenas.

Assim, podemos mencionar que a formação inicial em Psicologia e a pós-graduação em Antropologia somam um saber inquestionável na percepção histórica da professora, sendo fundamentais na formulação de atividades para aulas de formação de futuros docentes em História.

Outra professora que contribui para entender as mudanças no trato da temática indígena nas faculdades de História da UFPA é a Prof. Dra. Rosemeire de Oliveira Souza⁸, que, assim como o professor Mau-

em cotutela com a Universidade Paris 13. É membro da Associação Brasileira de Antropologia. Atualmente é Diretora de Pesquisa do Campus de Bragança (UFPA) e compõe o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI/UEPA/UFPA/UNIFESSPA/UFOPA). Tem experiência na área de História e Antropologia, com ênfase em etnohistória e etnologia indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: História indígena e do indigenismo; etnicidade; saberes; saúde; corpo; e territorialidade. Entrevista realizada na data 07/08/2019 na Cidade de Belém do Pará.

8. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014), Mestre em História So-



ro Coelho, não possui formação acadêmica inicial na região amazônica. No entanto, desde a graduação, pesquisa a temática indígena, com foco no período colonial no início de sua carreira. Com experiência na formação de professores e professoras de História desde 2002, principalmente na temática das relações étnico-raciais, a professora escreve, pesquisa e orienta sobre a temática há quase duas décadas.

A docente possui uma particularidade em relação à formação inicial e à atuação profissional atual, pois, ao dialogar com os indígenas contemporâneos e adentrar na comunidade indígena Guarani, que habita a região do Pico do Jaraguá em São Paulo, percebeu que não sabia o que era história indígena e apenas reproduzia a visão que os colonizadores tinham dos povos indígenas nos documentos coloniais. A professora enfatiza que estar na comunidade indígena e aprender com a visão dos Guarani sobre a sociedade e a história é uma maneira de buscar métodos pedagógicos de ensino que quebrem a lógica eurocêntrica da História.

Embora tenha pesquisado documentos históricos que sinalizavam uma representação indígena na História, a professora Rosemeire Souza demonstra que existe a necessidade de entender o universo contemporâneo das comunidades indígenas brasileiras para descobrir o verdadeiro

cial (2002), e graduada em História (1998), pela mesma Universidade. Atualmente é professora adjunta de História da Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá. Possuiu experiência no Ensino Superior nas áreas de Brasil Colônia, América Colonial, Ensino de História, História Africana e Afro-brasileira. Pesquisadora da temática indígena na América Colonial, e partir de 2008 estendeu a pesquisa aos grupos contemporâneos, com foco de atuação voltado para o estudo de novas metodologias para o trabalho com a questão indígena em sala de aula, como também para a educação escolar indígena. No ensino superior além da docência coordenou e coordenou projetos de pesquisa ligados a temática indígena e ao ensino de História. Como consultora educacional, trabalhou na capacitação de professores atendendo as novas exigências do Currículo de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Trabalha também temas relacionados à temática africana e afro-brasileira, neste campo, atuou como formadora do núcleo Étnico Racial da Prefeitura de São Paulo. Entrevista realizada na data de 22/11/2019 no Campus Belém da Universidade Federal do Pará.

significado de pesquisar e ensinar história indígena.

Assim, podemos perceber as diversas formações dos profissionais que atuam na temática indígena nas faculdades de História do Estado do Pará. Partindo de docentes que atuam desde a graduação em pesquisa sobre a temática até profissionais com graduação em outras áreas de conhecimento, como Psicologia e Antropologia, observa-se a qualificação dos docentes dos campi pesquisados quanto às questões históricas indígenas. Bernadete A. Gatti (2011), ao discutir os desafios da educação e da escola na sociedade pós-moderna, considera a importância de inserir o sujeito no ensino de História. Trazer negros, indígenas, trabalhadores e mulheres para as aulas de História é uma maneira de contemplar as lutas sociais que buscam representatividade. O indivíduo (sujeito) na História é apresentado como alguém que pode mudar os caminhos da própria vida. Os percursos acadêmicos dos docentes entrevistados mostram como o interesse dos professores e professoras pelas temáticas em questão pode alterar a formação inicial a partir de uma disciplina, no caso, a História Indígena e do Indigenismo. A busca por mudanças de perspectivas em relação aos povos indígenas do passado e do presente é o objetivo desses profissionais, que percorrem caminhos diferentes de formação, mas têm os mesmos propósitos:

A corrida mundial em busca de novos currículos educacionais e de uma formação ao mesmo tempo polivalente e diversificada de professores, as propostas de transversalidade de conhecimento em temas polêmicos mostram que a área educacional se encontra no meio desse movimento em busca de alternativas formativas. (GATTI, 2011, p. 111).

A formação inicial dos docentes de História após a Lei nº 11.645/2008

As alternativas de formação inicial de professores e professoras de História no trato com a temática indígena estão presentes nas atividades pedagógicas e acadê-



micas dos profissionais pesquisados. Suas percepções sobre a Lei nº 11.645/2008 são heterogêneas e demonstram como ela modifica ou fortalece os rumos dos trabalhos em relação às pesquisas sobre o ensino de História e os povos indígenas. Para o professor Mauro Coelho, que pesquisa os povos indígenas desde antes da promulgação da lei, ela impõe a questão da aplicabilidade na Educação Básica e no ensino superior da temática indígena. Para o docente, a lei evidencia que as faculdades de História e as universidades estão atrasadas em discussões progressistas em relação aos movimentos sociais, especialmente os movimentos sociais indígenas. Ele questiona por que, se a temática já possuía estudos relevantes desde a década de 1990, a disciplina “História Indígena e do Indigenismo” só foi criada após a promulgação da Lei nº 11.645/2008.

Segundo o professor Mauro Coelho, os cursos de formação de professores de História só iniciaram a criação de disciplinas relacionadas à temática indígena após um ato legal. Não foi o protagonismo indígena que promoveu a mudança na formação dos professores e professoras; a disciplina “História Indígena e do Indigenismo” não surgiu de uma nova perspectiva histórica percebida pelo corpo docente das faculdades de História, mas sim da promulgação da Lei nº 11.645/2008. A disciplina não foi criada nas faculdades de História a partir das leituras da “História Vista de Baixo”, do movimento historiográfico da “Nova História”, nem das pesquisas com novos olhares sobre as populações amazônicas, mas sim por meio de uma imposição legal.

O professor Agenor Sarraf possui um histórico de atuação que converge com a mesma ideia do professor Mauro Coelho. Sua trajetória é marcada pelo ensino. Ele realizou magistério e teve uma leitura intensa de Paulo Freire. Possui uma ampla experiência no ensino, mesmo antes de sua formação como historiador. Trabalhou com história e memória de Melgaço e, desde a década de 1990, estudou os povos indígenas e africanos. Criou programas de

formação continuada na cidade de Melgaço e em regiões ribeirinhas próximas, ação realizada quando era secretário de educação da cidade e coordenou projetos educacionais, currículos e materiais escolares que valorizaram a realidade local, incluindo os povos indígenas, africanos e ribeirinhos. Atuou também em cursos de especialização da Faculdade Integrada Brasil e Amazônia (FIBRA), Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), abordando a temática da interculturalidade após a Lei nº 11.645/2008.

Para ele, a lei incentivou a pesquisa, a formação e o ensino sobre a história e cultura indígena, africana e afro-brasileira. No entanto, ainda faltam discussões mais profundas sobre a interculturalidade e o ensino decolonial. Segundo Sarraf, “estamos presos no pensamento colonial; colocamos a história quadripartite como o filtro historiográfico e do ensino de História”. A história escrita a partir da Europa, a perspectiva histórica eurocêntrica, tornou-se uma das tradições da história ensinada nas universidades e nas escolas. Sendo a Lei nº 11.645/2008 provocada pelas ações políticas dos movimentos sociais indígenas, a disciplina de “História Indígena e do Indigenismo” está nos currículos de formação de professores e professoras de História independentemente da vontade do corpo docente. Assim, seguindo esses relatos, podemos afirmar que, se fosse desejo das faculdades de História, a disciplina em questão estaria há mais tempo na grade curricular.

Outro relato importante do professor Mauro Coelho é que, desde as décadas de 1980 e 1990, já existiam produções historiográficas sobre o protagonismo do agente histórico indígena, como os livros *Segredos Internos*, de Stuart Schwartz, e *Negros da Terra*, de John M. Monteiro. Essas produções bibliográficas quebram alguns mitos historiográficos. No entanto, essa produção não resultou em mudanças nas perspectivas de formação dos profes-



sores e professoras no trato com a temática indígena. Portanto, mesmo existindo uma produção historiográfica consolidada sobre os povos indígenas desde a década de 1990, não houve uma crítica aos currículos de graduação em licenciatura em História.

A experiência profissional do professor Márcio Couto Henrique acrescenta uma visão relevante ao debate. O docente fala da lei como um mecanismo legal que permitiu o surgimento de concursos para a criação da cadeira de História Indígena nas faculdades de História. A criação da disciplina, o surgimento de grupos de pesquisa e a produção acadêmica foram avanços presentes na última década dentro das universidades em relação à temática indígena. No relato de vivência do professor Márcio Couto Henrique, ele aponta para uma centralização da vida acadêmica na história indígena e, após entrar na UFPA como professor de História Indígena e do Indigenismo, entendeu a necessidade de ampliar a discussão sobre o ensino.

Para o professor, a legislação de 2008 permitiu o surgimento de iniciativas para a história indígena e para a discussão dessa temática na formação de professores e professoras de História. O Grupo de Pesquisa de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (HINDIA), que articula a presença indígena na universidade, é um exemplo disso. No entanto, para o docente, os movimentos sociais indígenas são o ponto de partida para todo esse processo de transformação. O relato de experiência da professora Vanderlúcia da Silva Ponte sobre a questão possui uma relevância significativa na discussão aqui proposta.

A docente, que sempre procurou pesquisar sobre sociedades excluídas, escreveu no doutorado sobre saúde indígena, abordando saberes indígenas sobre saúde, políticas das comunidades indígenas e a percepção dos povos Tembé na história. Como professora da UFPA, ela procura analisar as relações criadas pelos Tembé com os agentes externos, as parcerias es-

tabelecidas por eles para alcançar seus objetivos políticos e econômicos. A produção acadêmica da professora aprofunda-se na questão dos territórios e da territorialidade. As organizações políticas dos Tembé e toda a experiência com a pesquisa sobre suas relações com terra, política e saúde servem de base para ministrar a disciplina “História Indígena e do Indigenismo”. Ela procura verificar como os indígenas são vistos pelos madeireiros, fazendeiros e grileiros da região onde habitam os Tembé. A pesquisa acadêmica ajuda a trazer para a sala de aula as questões sobre o que é ser índio na Amazônia. Nas palavras da professora Vanderlúcia: “fazer o aluno perceber o quanto de índio há dentro dele. Fazer pensar as heranças indígenas na cultura amazônica”.

Para a professora, a Lei nº 11.645/2008 não é parâmetro para a produção do plano de ensino nas graduações de licenciatura em História; ela não define a epistemologia de pesquisa nem as discussões sobre a temática indígena nos cursos. Embora a lei seja importante por permitir pensar a história a partir dos sujeitos indígenas, ela não participa da escolha da temática na formação acadêmica e pedagógica. É a experiência do docente como pesquisador ou pesquisadora que define os parâmetros da disciplina; são as lutas políticas dos movimentos sociais indígenas que apresentam as diretrizes para uma representação indígena mais ativa na história.

No relato de vivência da professora: “A lei não garante a participação protagonista dos povos indígenas”, pois é o trabalho e a experiência profissional do professor ou professora da disciplina de “História Indígena e do Indigenismo” que têm como objetivo desconstruir estereótipos e proporcionar o conhecimento indígena como forma de ampliar a percepção do outro. O corpo discente (que será o futuro professor ou professora de História) se percebe como um agente histórico nesse amalgame de relações étnico-raciais que ocorrem no território amazônico.



Aqui, evidencia-se a importância de entender e analisar a esfera de experiência de vida e profissional de cada docente pesquisado. Seus relatos sobre a temática indígena e a formação inicial dos professores e professoras de História demonstram como o assunto é abrangente e, sem essa análise, não podemos propor ações pedagógicas de mudanças no ensino de História. Bernardete A. Gatti (2011) menciona que, ao pesquisar sobre educação, e quando o professor ou professora são o objeto de pesquisa, eles são tratados de maneira genérica e abstrata. Vejamos, nos relatos de vivência dos docentes da UFPA aqui presentes, o quão importante é levar em consideração a experiência profissional do professor e da professora na mudança educacional necessária. Assim, Bernardete A. Gatti menciona:

Pouco se fala e se discute sobre as necessidades que seu dia a dia lhe coloca e as implicações disso para a sua vida, seu pensar e seu atuar. Creemos que é preciso ir mais além e recuperar o arsenal de experiência e reconhecimento que o professor acumulou, coisa que nenhum estudo leva em conta nem tenta fazer. Fala-se do professor ou ao professor como uma tábula rasa, o mesmo se dando como aluno, inclusive no ensino superior. (GATTI, 2011, p. 153).

A experiência de vida e profissional da professora Rosemeire de Oliveira Souza como formadora de professores e professoras acrescenta um debate interessante para a pesquisa. A professora relata a importância da Lei nº 11.645/2008 na efetivação dos concursos para docentes na cadeira de História Indígena e do Indigenismo. Assim, a legislação apresenta um aporte teórico e profissional para as faculdades na temática indígena. No entanto, é preciso levar em consideração o trabalho de pesquisa e de ensino do docente formador. No caso, a professora Rosemeire de Oliveira Souza apresenta uma experiência de vinte anos na formação de professores e professoras. Ela descreve suas memórias sobre como é realmente o ensino da História Indígena na sala de aula. Ao trabalhar em comunidades indígenas, a

professora relata como é construída a educação nos ambientes escolares indígenas. O ensino eurocêntrico está presente nos livros didáticos e nos currículos, como no caso dos Pataxós (que habitam o interior da Bahia e Minas Gerais), local de atuação profissional da professora.

A docente demonstra que as lutas sociais indígenas pelo ensino das línguas próprias nas escolas indígenas são uma disputa contínua. Os Guarani apresentam um avanço nessa questão, possuindo materiais didáticos e espaço no currículo para o aprendizado da língua. No entanto, os Anambé enfrentam uma luta educacional por mais espaço nas escolas para o aprendizado da língua. A aula de línguas da comunidade Anambé (que habita o interior do Pará) ocorre aos sábados, e muitos pais e mães não mandam os alunos e alunas para a escola nesse dia. Essas questões no ensino da História indígena, tanto nas escolas indígenas quanto nas não indígenas, precisam ser levantadas na formação de professores e professoras de História. Para quebrar os estereótipos e a lógica eurocêntrica do pensamento educacional, a professora Rosemeire de Oliveira Souza relata: “ao ministrar aula para turmas de pedagogia sobre a temática indígena, escutei a indagação de por que ter que estudar índio”.

A professora questiona a formação atual de professores e professoras de História em relação à pesquisa e ao ensino sobre a temática indígena, mas sem utilizar autores ou autoras indígenas nessa formação ou sem trabalhar com comunidades indígenas contemporâneas. Ainda se debate, na formação inicial de licenciatura em História, a historicidade não indígena. A professora propõe métodos para levar o conhecimento indígena para a sala de aula, como exercícios de representação nos livros didáticos, discussões sobre o colonialismo, identidades e a inserção da narrativa indígena na formação dos docentes de História. Por exemplo, nas terras dos Tapajós, existe um museu que é fruto de um trabalho monográfico de um integran-



te da comunidade, mostrando a história de pertencimento à terra, a origem religiosa e os costumes dos Tapajós. A professora Rosemeire de Oliveira Souza menciona que precisamos desses conhecimentos para “transformar a perspectiva histórica eurocêntrica para uma intercultural”.

A interculturalidade para o protagonismo indígena no ensino

A interculturalidade inserida na educação é uma proposta pedagógica de mudança no esquema monocultural e colonizador que se apresenta no sistema educacional do Brasil e da América Latina em geral desde o século XIX. Verificamos, no relato de experiência da professora Rosemeire de Oliveira Souza, que o pensamento etnocêntrico ainda está presente em escolas de algumas comunidades indígenas no território nacional. As escolas não indígenas também apresentam, em seus currículos e livros didáticos, a divisão quadripartite da história, na qual o índio e o negro africano são coadjuvantes do processo histórico brasileiro. Vera Maria Ferrão Candau (2013) debate a inserção do pensamento intercultural nas estruturas educacionais da América Latina e propõe mudanças na perspectiva da estrutura racista com que foi construída nossa maneira de pensar o mundo. Para a autora, só alcançaremos uma sociedade justa e democrática quando inserirmos:

La interculturalidad crítica quiere ser una propuesta ética y política orientada a la construcción de sociedades democráticas que articulen igualdad y reconocimiento de las diferencias culturales, bien como a proponer alternativas al carácter monocultural y occidentalizante dominante en la mayoría de los países del continente. (CANDAU, 2013, p. 152).

No entanto, Vera Maria Ferrão Candau (2013) aponta para as barreiras políticas e ideológicas que impedem a promoção da interculturalidade na sociedade:

Las causas apuntadas para la dificultad de asumir la educación intercultural para todos/as fueron principalmente las siguientes: la existencia de un fuerte racismo en la sociedad, muchas veces en-

cubierto por un discurso que defiende el mestizaje, que niega las diferencias culturales y ve como inadecuada toda introducción de aspectos relativos a diferentes grupos socioculturales en el currículo escolar, afirmando que fragiliza la cultura común y la cohesión social. Además, según varios entrevistados, el pensamiento colonial es todavía dominante en la sociedad, lo que lleva a enfatizar y considerar como superior la lógica occidental – europea y estadounidense –, y a la poca valorización de las culturas originarias y/o afroamericanas. Otra causa apuntada para la poca presencia de la perspectiva intercultural en las escuelas fue la ausencia de la profundización de esta temática en los centros de formación de profesores/as. (CANDAU, 2013, p. 153-154).

Para construir mecanismos de mudança no ensino de História em relação ao trato com a temática indígena, precisamos analisar os relatos de experiência que docentes das faculdades possuem sobre propostas pedagógicas e de pesquisa na Educação Básica e na formação de professores e professoras de História. Começando pelo professor Mauro Cezar Coelho, que acredita na ausência de pesquisas sobre os sistemas de ensino, os quais não são observados no momento da criação dos problemas, nem considerados como desafios a serem enfrentados na formação de docentes.

“Os cursos de formação de professores e professoras de História estão mais preocupados com o saber historiográfico do que com as demandas que a Educação Básica cobra dos professores”. O relato do professor Mauro Cezar Coelho descreve que a pesquisa nas escolas e o espaço de atuação profissional dos docentes na graduação como objeto principal de análise são o que modifica a perspectiva e o aprendizado sobre o ensino. O que valida a experiência na Educação Básica é o olhar crítico sobre a atuação. Assim, o professor Mauro Cezar Coelho concluiu seu relato de experiência na entrevista, resumindo que não houve mudanças na perspectiva de formação de professores e professoras em sua estrutura, mantendo-se ainda a história quadripartite e o agente histórico



européu com mais espaço nessa formação inicial.

O professor Agenor Sarraf debate sobre a importância de formar o docente em História teoricamente para atuar na sala de aula. A graduação em licenciatura em História precisa apresentar aos discentes a escrita sobre as temáticas amazônicas, como o professor descreve, “o estado da arte sobre o tema”. No entanto, o docente do curso de graduação precisa apresentar ao futuro professor ou professora as possibilidades lúdicas para a atuação profissional e a pesquisa como norteadora da formação inicial na licenciatura, pois assim poderá ter uma análise própria sobre os problemas a serem enfrentados em sala de aula. O professor Agenor Sarraf menciona que o formador de professores e professoras precisa se reinventar na criação do plano de avaliação, pois a capacidade profissional do futuro professor não pode ser avaliada por uma única prova no final do curso. Assim, ao finalizar a entrevista para a pesquisa, o professor Agenor Sarraf descreve a importância da presença de indígenas e quilombolas nas faculdades de formação de professores e professoras de História, pois assim o vetor de produção de conhecimento se modifica.

Portanto, o conhecimento sobre a “Amazônia afro-indígena” é fundamental para abordarmos, na formação inicial dos professores e professoras de História, “a cartografia de cosmologia e saberes, explorando a dimensão da cultura material e sensível das populações de tradições orais, fundamentais na perspectiva dos Estudos Culturais e da gnose decolonial”. O professor Agenor Sarraf relata ainda a experiência com essa temática em seus trabalhos historiográficos, nos quais menciona os agentes históricos amazônicos na construção da sociabilidade e da religiosidade no espaço geográfico do Marajó:

A discussão básica versava sobre o desafio para “desempoderar” a paróquia, centrada na pessoa do padre, socializando atividades pastorais com a participação das populações locais. A base comunitária,

fraterna, solidária, alicerces do catolicismo primitivo e popular foi recuperado como matriz essencial em direcionamentos a serem adotadas na formação das CEB's. Para o espaço marajoara, vaqueiros, pescadores, agricultores, lavradores, extrativistas e entre tantos outros ofícios desenvolvidos entre os trabalhadores de terra e água, foram convidados, com toda sua experiência devocional em santos e crenças no conjunto de entidades afroindígenas, a serem sujeitos eclesiais e agentes transformadores da realidade onde estavam inseridos. (PACHECO, 2009, p. 152).

Outro docente que descreve sua experiência como formador de professores e professoras de História e a importância da presença indígena e africana nessa formação é o professor Márcio Couto Henrique. A experiência como docente de ensino superior em localidades do interior do Estado do Pará aponta para a necessidade da presença indígena na formação docente de História, com os próprios indígenas falando sobre a história de suas nações e culturas. O professor analisa a participação de grupos de pesquisa na formação inicial dos docentes de História, particularmente sobre o Grupo de Pesquisa de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (GPHINDIA) da UFPA, campus Belém. As reuniões do grupo, que acontecem mensalmente, apresentam aos membros leituras bibliográficas e eventos que contam com a participação de indígenas que atuam na militância da causa. Entre as leituras debatidas está a tese de Almiros Martins Machado, *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe'y: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da(s) terra(s) isenta(a) de mal*. Uma tese que apresenta a perspectiva histórica do povo Guarani Mbya sobre o uso da terra e as lutas pela demarcação da terra indígena. Realizar tarefas e apresentar essa perspectiva histórica na graduação de História, além da disciplina “História Indígena e do Indigenismo”, é, para o professor Márcio Couto Henrique, a principal tarefa como formador de professores e professoras: a quebra de estereótipos sobre os povos indígenas e,



consequentemente, da lógica eurocêntrica da História.

O docente Márcio Couto Henrique menciona duas dificuldades para a formação inicial e continuada dos professores e professoras de História em relação à temática indígena. A primeira é a falta de formação para docentes sobre a temática indígena nas redes de ensino municipais ou estaduais; faltam projetos sobre a temática nos sistemas de ensino, principalmente de formação continuada. A segunda é que, embora exista a preocupação individual de alguns professores ou professoras ou coordenadores ou coordenadoras, de forma geral, em projetos que abranjam uma mudança no currículo de formação, essa preocupação não existe. Portanto, não houve mudanças estruturais no currículo de graduação do curso de licenciatura desde 2009 sobre a disciplina “História Indígena e do Indigenismo”. O professor questiona que a disciplina continua sendo ministrada no final do curso, impactando na escolha de pesquisa dos discentes, que, segundo o docente, chegam ao último semestre da graduação com a temática da monografia já definida, impossibilitando que alunos e alunas adentrem na pesquisa sobre os povos indígenas ou sobre o ensino da temática na Educação Básica.

A professora Vanderlúcia da Silva Ponte descreve sua experiência como formadora de docentes de História como um diálogo intercultural. Buscar a quebra da lógica racista, construir uma nova sociedade, uma ética mais coletiva e democrática. Sair da lógica mercantilista da sociedade capitalista e ajudar no processo histórico de uma nova visão sobre o mundo com a interculturalidade. No entanto, a docente aponta algumas barreiras que impossibilitam esse trabalho. A primeira é a institucional: a universidade é criada na lógica eurocêntrica, e muitas vezes não há um pensamento voltado para a realidade local. A professora Vanderlúcia menciona: “a formação historiográfica ainda é linear e eurocêntrica, e existe dificuldade para integrar a formação inicial com as realidades

humanas, incluindo as comunidades indígenas”. A formação inicial de professores e professoras de História precisa ser focada na experiência local, no mundo amazônico, na história de vida dos alunos e alunas.

A professora Vanderlúcia da Silva Ponte descreve que existem barreiras teóricas e metodológicas que atrapalham o avanço real para uma formação inicial intercultural. No entanto, a experiência docente e o protagonismo pedagógico possibilitam a realização de trabalhos acadêmicos que exemplificam como a Lei nº 11.645/2008 vem sendo inserida nos campi pesquisados, principalmente por meio da iniciativa docente, discente e das pessoas que possuem consciência política sobre a importância da temática e do conhecimento indígena na formação inicial de professores e professoras de História.

No campus de Bragança, o Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM)⁹ participou da elaboração de cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação e especialização nas relações étnico-raciais e interculturais. A docente Vanderlúcia da Silva Ponte descreve os projetos que o grupo ajuda a desenvolver no campus de Bragança, entre eles, a construção de um curso de pós-graduação na temática afroindígena, um projeto em fase inicial chamado Centro de Memória Afro-indígena em Bragança e a oficina de formação de professores e professoras com acesso a material didático intercultural, desenvolvido na comunidade indí-

9. O Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM) foi criado em 2016, como esforço conjunto de parte do corpo docente da Faculdade de História do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará (UFPA), para ampliar o debate acadêmico e consolidar as atividades de ensino, pesquisa e extensão já recorrentes nesta faculdade. O Grupo atualmente desenvolve estudos sócio-históricos e etnográficos, bem como histórico-documentais, sobre as dinâmicas envolvendo indígenas, afrodescendentes e as chamadas populações tradicionais em processos de interação, no trânsito entre o Pará e o Maranhão; bem como tem interesse em analisar os mesmos processos de trocas e relações entre sujeitos na chamada Pan-Amazônia, pensando a fluidez das fronteiras que foram erigidas ao longo do tempo na região.



gena dos Tembé. O campus de Bragança da UFPA vivencia a questão indígena em contato com saberes indígenas, gerando produtos pedagógicos na formação inicial e continuada dos professores e professoras de História.

A professora Rosemeire de Oliveira Souza menciona as problemáticas que os demais professores e professoras entrevistados para essa pesquisa demonstram em suas experiências profissionais com a temática indígena. No entanto, o relato de experiência e os caminhos desenvolvidos pela professora são diferentes. A docente menciona a importância de trazer as questões culturais para a sala de aula, utilizando a cosmologia indígena na graduação de licenciatura em História. A professora Rosemeire destaca a importância da representação indígena como foco a ser trabalhado na formação inicial, com os conhecimentos da etnomatemática, a oralidade indígena sobre o tempo e a perspectiva indígena sobre os fatos políticos do Brasil. Como exemplo, a professora Rosemeire de Oliveira Souza utiliza o balanço sobre a “ação do homem no tempo” de Marc Bloch, mas ela descreve que questiona com os discentes de que “homem” a historiografia ocidental está analisando.

A professora menciona os materiais pedagógicos produzidos sobre a temática indígena em suas aulas, como relatos de narrativa indígena, trabalhos com fantoches para contar a cosmologia indígena e materiais didáticos interculturais, que são o objetivo principal na formação de docentes sobre a temática indígena. Como a professora Rosemeire de Oliveira Souza descreve: “a desconstrução da ideia de colonialidade no ensino só pode acontecer com o trabalho em conjunto entre docente e discente na graduação, tanto na disciplina História Indígena e do Indigenismo, quanto em História do Brasil Colonial”. E a ideia de interculturalidade precisa estar presente nesses trabalhos pedagógicos por meio da presença indígena nos cursos de graduação de licenciatura em História.

Conclusão

Pensar o ensino de História a partir da epistemologia decolonial significa reconhecer e valorizar as ações históricas de todos os homens e mulheres que construíram as múltiplas identidades e culturas do Brasil. Trata-se de romper com a lógica eurocêntrica que elegeu uma única cultura como guia da humanidade, impôs uma religião como a “correta” e excluiu a diversidade de idiomas, religiosidades e histórias que constituem a riqueza do país. A valorização da narrativa histórica indígena surge como uma alternativa essencial à visão tradicional da historiografia, que por séculos marginalizou os povos originários e suas contribuições. Escrever e ensinar História a partir de uma perspectiva decolonial implica desconstruir o pensamento racista e colonial enraizado nos institutos geográficos e históricos da América Latina, onde os “homens da ciência” utilizaram a ideia de progresso para apagar das páginas da História aqueles que não se enquadravam nos padrões da sociedade ocidental.

A implementação da Lei nº 11.645/2008 representou um marco importante nesse processo de transformação. No Estado do Pará, as mudanças em relação à temática indígena na formação de professores e professoras de História ocorreram de maneira singular em cada campus da Universidade Federal do Pará (UFPA). A inserção da disciplina “História Indígena e do Indigenismo” nos currículos da UFPA abriu caminho para concursos públicos que trouxeram docentes especializados, capazes de promover mudanças significativas na perspectiva sobre a temática indígena. Nos campi de Belém, Bragança e Tocantins/Cametá, a presença desses agentes históricos permitiu a construção de um ensino mais crítico e inclusivo, que valoriza a interculturalidade e o protagonismo indígena.

No entanto, como evidenciado ao longo deste artigo, ainda há desafios a serem superados. A formação inicial e continuada de professores e professoras de História



precisa avançar no sentido de incorporar de forma mais efetiva as perspectivas indígenas e afro-brasileiras. Apesar dos avanços, muitos currículos ainda mantêm uma estrutura eurocêntrica, com a história indígena sendo tratada como um apêndice ou tema secundário. A disciplina “História Indígena e do Indigenismo”, muitas vezes ministrada no final do curso, ainda não alcança o impacto desejado na formação dos futuros docentes, que chegam ao último semestre com suas temáticas de pesquisa já definidas, sem explorar as possibilidades oferecidas pela história indígena.

Os relatos de experiência dos docentes entrevistados destacam a importância de uma formação que vá além do saber historiográfico tradicional, incorporando metodologias interculturais e decoloniais. A presença de indígenas e quilombolas nas universidades, a valorização de saberes tradicionais e a construção de materiais didáticos que reflitam a diversidade cultural do Brasil são passos essenciais para uma educação verdadeiramente transformadora. Além disso, é fundamental que as redes de ensino municipais e estaduais promovam formações continuadas sobre a temática indígena, garantindo que os professores e professoras estejam preparados para abordar essas questões em sala de aula.

Por fim, a desconstrução da lógica colonial no ensino de História só será possível por meio de um trabalho conjunto entre docentes, discentes e comunidades indígenas. A interculturalidade deve ser um pilar central na formação de professores e professoras, permitindo que os futuros educadores compreendam e valorizem as múltiplas narrativas que compõem a história do Brasil. Como destacado pela professora Rosemeire de Oliveira Souza, “a desconstrução da ideia de colonialidade no ensino só pode acontecer com o trabalho em conjunto entre docente e discente na graduação”. Assim, a luta por uma educação decolonial e intercultural não é apenas uma questão acadêmica, mas um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educación intercultural crítica: Construyendo caminos. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 145-161.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica**. Coleção FGV bolso. Série História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- GATTI, Bernardete A. Pesquisa, Educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. In: GARCIA, Walter E. (org.). **Bernardete A. Gatti. Educadora e Pesquisadora: textos selecionados de Bernardete A. Gatti**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Perfis da Educação; 4). p. 105-116.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino de história: tensões e paradoxos. In: GONTIJO, Rebeca; MARGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice (Org.). **A Escrita da História Escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MACHADO, Almires Martins. **Exá raú mbo-guatá guassú mohekauka yvy marãe’y: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da(s) terra(s) isenta(a) de mal**. 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2015.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: [link]. Acesso em: 28 mar. 2017.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago. 1993.
- PACHECO, Agenor Sarraf. **En El Corazón de la Amazónia: Identidades, Saberes e Religiosidade no Regime das Águas**. 2009. 354 f. Tese (Doutorado em História



Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. **Os manuais de didática da história e a constituição de uma epistemologia da didática da história.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

-----//-----

Abstract: This article aims to understand the transformations in the initial training of History teachers regarding Indigenous themes after the enactment of Law No. 11.645/2008, which mandates the teaching of Indigenous history and culture in Brazilian schools. The study focuses on analyzing the shift in perspective regarding Indigenous historical agents in the official documents of the History courses at the Federal University of Pará (UFPA), across the campuses of Belém, Bragança, and Tocantins/Cametá, through disciplines, curriculum planning, research projects, and extension activities. Additionally, the article examines the experiential accounts of teacher educators for Basic Education History teachers, highlighting the pedagogical and academic actions taken after the implementation of the legislation, with a focus on classroom practice. The research reveals that, despite the advancements brought by Law No. 11.645/2008, such as the creation of the discipline “Indigenous History and Indigenism” and the hiring of specialized faculty through public competitions, significant challenges remain. These include the persistence of a Eurocentric curricular structure, the lack of continuing education on Indigenous themes in school networks, and the need for greater Indigenous protagonism in curriculum and teaching material development. It is concluded that deconstructing the colonial logic in History education requires an intercultural and decolonial approach, which values Indigenous narratives and promotes more inclusive and democratic education.

Keywords: History teaching; Ethnic-racial relations; Decoloniality; Interculturality; Law No. 11.645/2008.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender las transformaciones en la formación inicial de profesores y profesoras de Historia en relación con la temática indígena después de la promulgación de la Ley nº 11.645/2008, que establece la obligatoriedad de la enseñanza de la historia y la cultura indígena en las escuelas brasileñas. El estudio se centra en el análisis del cambio de perspectiva sobre el agente histórico indígena en los documentos oficiales de los cursos de Historia de la Universidad Federal de Pará (UFPA), en los campus de Belém, Bragança y Tocantins/Cametá, a través de las disciplinas, la planificación curricular, los proyectos de investigación y de extensión. Además, el artículo analiza los relatos de experiencia de los docentes formadores de profesores y profesoras de Historia de la Educación Básica, destacando las acciones pedagógicas y académicas realizadas después de la implementación de la legislación, con enfoque en la práctica en el aula. La investigación revela que, a pesar de los avances proporcionados por la Ley nº 11.645/2008, como la creación de la disciplina “Historia Indígena y del Indigenismo” y la realización de concursos públicos para docentes especializados, aún persisten desafíos significativos. Entre ellos, se destacan la mantención de una estructura curricular eurocéntrica, la falta de formación continua sobre la temática indígena en las redes de enseñanza y la necesidad de un mayor protagonismo indígena en la construcción de los currículos y materiales didácticos. Se concluye que la deconstrucción de la lógica colonial en la enseñanza de la Historia exige un enfoque intercultural y decolonial, que valore las narrativas indígenas y promueva una educación más inclusiva y democrática.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Relaciones étnico-raciales; Decolonialidad; Interculturalidad; Ley nº 11.645/2008.

Recebido em 16 de setembro de 2024.

Aceito em 05 de novembro de 2024.